

Gustavo Rodrigues Mesquita*

O presente estudo visa analisar determinados aspectos relativos à implicação de distintos projetos políticos na construção histórica da desigualdade em relação ao processo de modernização excludente nas cidades e de modernização conservadora da agricultura durante o período compreendido entre os anos 40 e 60, o qual demarca a temporalidade em que a transformação da ordem social do país continuou de modo acelerado, mudando a ordem centralizada anterior para a nova ordem competitiva mediante a organização e desenvolvimento da cidadania pelo modelo do corporativismo trabalhista.

O campo de investigação que se convencionou designar como “pensamento social brasileiro” pode ser definido, sumariamente, pela relação complexa estabelecida entre o diagnóstico dos intelectuais acerca da formação nacional como processo histórico e seus possíveis usos políticos e instrumentais decorrentes do interesse e ação das classes dirigentes na afirmação de valores, bem como na criação de instituições, para a construção e reprodução de uma ordem pública que servisse ao “desenvolvimento nacional”.

No caso específico do objeto do presente estudo – o conflito ideológico estabelecido pelo projeto americanista de Sérgio Buarque de Holanda contra o projeto regionalista de G. Freyre, bem como os efeitos empíricos desse conflito sobre o curso do processo de construção da cidadania –, pode-se argumentar que a relação do pensamento de ambos os intelectuais com o projeto político dominante de organização da sociedade capitalista moderna caracteriza-se pelo dado da ambiguidade: ora tendeu a se converter em ideologia política que orientava e legitimava a intervenção das instituições do Estado na economia e na sociedade civil, ora tendeu a negar qualquer possibilidade de uso instrumental de seu pensamento pelo Estado ao nível local, regional ou nacional do território, neste caso dependendo da característica das iniciativas governamentais que eram pensadas de acordo com a conjuntura histórica em que estavam inseridos. De qualquer modo, verifica-se que o lugar privilegiado que acomodou parte significativa do pensamento social de ambos os intelectuais foram as instituições da burocracia federal da nação.

Dessa constatação resulta que: a) a vinculação de S. Buarque de Holanda e de G. Freyre com o aparelho de Estado (ou Governo Federal) é um dado que deve ser levado em consideração; b) há diferenças substantivas no tipo de interesse de cada intelectual em relação à participação na prática do poder político, as quais devem ser explicadas

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

pelo método comparativo; c) o interesse de S. Buarque quanto ao uso de seu projeto pelo poder político pode ser resumido como a busca pelo aperfeiçoamento dos valores da democracia para a efetivação da prática da cidadania; d) o interesse de G. Freyre quanto ao uso de seu projeto pelo poder político pode ser resumido como a busca pela contemporização das disparidades regionais existentes no Brasil contemporâneo.

Como se observa, a premissa teórica que rege o raciocínio da pesquisa é a interdependência de relações dirigida ao pacto celebrado entre os intelectuais e o aparelho de Estado, em que se percebe a celebração de acordos e a ocorrência de conflitos com as elites em relação ao projeto varguista de construção e desenvolvimento nacional. O Estado Novo construiu uma forma de governo que restabeleceu a celebração do pacto político entre classes dominantes cujo objetivo residia na restauração da autoridade do Poder Executivo para que pudessem negociar interesses no pós-golpe de 37.¹ A modernização da estrutura institucional do país resultou na implementação do modelo misto de gestão da cidadania com base no poder regulatório da União e no poder empregador da organização corporativa do setor industrial (modelo de parceria “público-privado”), privilegiando o conceito de crescimento econômico que é equivalente a progresso técnico, em que pese o predomínio do paradigma antiliberal na conjuntura de 1930 a 1945.²

Ainda explorando a perspectiva da política interna, pode-se afirmar, com base em Antonio Guimarães,³ que o sistema político do regime liberal-democrático que vigorou de 1946 a 1964 funcionava mediante o acionamento de três conceitos complementares: a restauração do liberalismo político, o desenvolvimento da produção industrial como propulsor do crescimento econômico e o combate ao patrimonialismo da burocracia estatal como desempenho da função de alguns técnico-intelectuais. Com o autor pode-se notar que, nos anos 60, o Estado-nação celebrou novo pacto político com o setor industrial, cuja função se estendia inclusive ao fortalecimento do velho pacto com as propriedades latifundiárias do país. Isto significa que o contínuo incentivo estatal ao crescimento da produção industrial – que por sua natureza refletia o tipo de desenvolvimento econômico desigual – implicou o duplo movimento da mobilidade social através da relação ascensão/decadência: por um lado, integrou parte da população negra urbana à emergente sociedade industrial de classes (ou mercado de trabalho), condicionando-a como classe trabalhadora – o que lhe garantiu direito tão-somente ao trabalho e à renda mínima –, mas, por outro lado, conservou a parcela da população de negros, mulatos e brancos que

¹ DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (HGCB).

² *Idem*.

³ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2001.

trabalhavam nas áreas de eito do país em regime de trabalho sem a titularidade de direitos trabalhistas, previdenciários e de associação civil (como o sindicato rural), impedindo-os de organizarem um movimento social coeso sob a identidade de *campesinato*.⁴

Certamente, o nacionalismo do regime liberal definiu o movimento na sociedade brasileira que atualizava as diretrizes de ação política resultantes do projeto trabalhista do Estado Novo, embora a ideologia dominante do novo sistema político fosse a restauração das liberdades civis que servissem ao progresso do meio urbano. Não obstante, a historiografia definiu o período como o “experimento democrático”. Entretanto, deve-se questionar: o regime liberal-democrático não significou, pelo contrário, a atualização da lógica da exclusão da classe social que já não detinha titularidade de direitos, novamente empregando a variável da “raça” como objeto da exclusão? Mais precisamente, o experimento democrático não implicou o recrudescimento da questão social no campo?

A reconstrução desse quadro retrospectivo serve para introduzir melhor o problema que esta pesquisa busca compreender. O que se estabeleceu como objeto de análise é a relação entre o pensamento social e a construção da cidadania. Portanto, deve-se investigá-lo mediante primeiramente a distinção entre o conjunto de pressupostos e interesses a que cada projeto se vinculou, para depois se perscrutar os prováveis efeitos do pensamento social sobre o curso do processo de modernização e de exclusão.

O interesse mais amplo que mobilizava S. Buarque nos anos 30 e 40 – inspirado no ideário modernista de S. Paulo – consistia na explicitação dos obstáculos político-culturais resultantes da formação nacional ao processo de modernização, no presente, da infra-estrutura das cidades brasileiras de grande e médio porte para aproveitamento pelas classes médias urbanas do país, isto no sentido de privilegiar a possibilidade de universalização dos direitos para a construção da ordem democrática, sugerindo como modelo a cidade de S. Paulo; assumiu, portanto, características de pensamento reformador.⁵

O interesse que mobilizava G. Freyre na mesma temporalidade – inspirado no ideário do regionalismo nordestino –, por sua natureza ser do pensamento sociológico e referir-se imediatamente à estrutura social e econômica da contemporaneidade, consistia na prescrição de novas formas de intermediação e estreitamento da relação entre o Estado e a sociedade, sobretudo por meio da atribuição de inteligibilidade ao hibridismo da cultura brasileira, sugerindo como modelo a cultura regional do Nordeste; assumiu, por-

⁴ *Idem*. Vale observar que o argumento de Antonio Guimarães converge com o argumento de Aspásia Cargomo (2006) em relação aos meios de coerção e desmobilização do campesinato durante o regime liberal de 1946 a 1964. A autora infere que as oligarquias agrárias readquiriram o poder de instrumentalizar a dominação política ao formarem coalizões partidárias para a oposição ao projeto de reforma agrária do PTB.

⁵ Cf. PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrihadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de O. Vianna, S. Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; Editora 34, 2000.

tanto, característica mista de pensamento, ora sendo reformador, ora sendo conservador, neste caso dependendo da especificidade da conjuntura política em que estava inserido.

Entre 1930 e 1945 o princípio que regia as relações pessoais e profissionais entre G. Freyre e S. Buarque era a reciprocidade. Sabe-se amplamente que, desde período antecedente, estes intelectuais construíram relações estimuladoras da parceria e da colaboração recíproca nas funções que lhes cumpriam desempenhar, particularmente referidas à tradução e redação de textos, publicação de volumes (novos ou reeditados) e à regência de aulas na Universidade do Distrito Federal durante o período de seu funcionamento, ou seja, entre 1935 e 1939. Os dois casos mais conhecidos dessa relação recíproca são, em primeiro lugar, o favor concedido por S. Buarque a G. Freyre ao traduzir, do alemão para o português, um conjunto de documentos escritos que foram utilizados para a elaboração de *Casa-grande & senzala*, e, em segundo lugar, a retribuição do favor em sentido inverso ao publicar *Raízes do Brasil* como primeiro volume da Coleção Documentos Brasileiros – que à época estava sob a direção do próprio G. Freyre – da Editora José Olympio, o que certamente garantiu ao primeiro livro constitutivo da obra historiográfica de S. Buarque ampla notoriedade, inscrevendo seu autor no *status* de pensadores brasileiros, e para o qual o primeiro livro contribuiu significativamente no sentido de introduzir o conhecimento e de sistematizar a aplicabilidade acerca dos conceitos weberianos de patrimonialismo e de burocracia estamental, do período colonial à atualidade.

A despeito da ocorrência de divergências do ponto de vista político, ideológico e estético dentre o grupo de modernistas de São Paulo e o grupo de regionalistas de Pernambuco durante os anos 20, os dois intelectuais dessa geração, em particular, as transcenderam para aproveitarem a oportunidade de cooperar nas atividades referidas. Para a continuidade da relação específica entre G. Freyre e S. Buarque não se tratava, portanto, do indício de incompatibilidade entre movimentos intelectuais regionais que estavam se digladiando – isto é, disputando o poder de representação no cenário intelectual do país –, mas das vantagens resultantes dos contatos profissionais que foram mantidos visando a inovação do pensamento brasileiro e a respectiva produção de projetos políticos a partir da publicação de *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Nordeste*, *Região e tradição* e *Ordem e progresso*, da parte freyriana; *Raízes do Brasil*, *Monções* e *Visão do Paraíso*, da parte buarqueana. Não obstante, não se tratava de inviabilizar o contato profissional por efeito de divergências que se concentravam sobre temas de estética da arte.

A reciprocidade entre o historiador e o sociólogo era fecunda e serviu para progredir no esforço de introduzir novos e modernos paradigmas de análise social que consubstanciaram modelos de explicação sobre a formação nacional. Certamente, há diver-

gências substantivas na interpretação dos fenômenos sociais formados no passado – mas que guardavam relação com a contemporaneidade – entre especificamente os dois livros que discutem as condições objetivas (materiais) e subjetivas (culturais e mentais), transmitidas do passado ao presente, para o avanço do processo de urbanização das cidades brasileiras no século XX, bem como os prováveis efeitos desse processo sobre o sistema político oligárquico e as estruturas de poder do país, quais sejam, *Raízes do Brasil* e *Sobrados e mucambos*, ambos publicados em 1936.⁶ Essas divergências em relação ao diagnóstico do passado e ao prognóstico do futuro são fato, mas não implicaram, no curso do Estado Novo, o rompimento definitivo das relações entre G. Freyre e S. Buarque.

A dissidência no pensamento social brasileiro ocorreu somente em 1946, quando o Congresso Nacional concluiu e promulgou a nova Constituição Federal, que redefiniu a estrutura institucional do Estado Novo apenas no sentido de cercear o autoritarismo dominante na conjuntura anterior, restaurando os direitos políticos e civis da cidadania a partir do ideário da democracia liberal, mas mantendo a conquista de alguns direitos sociais para a classe trabalhadora do meio urbano como legado do Estado Novo.⁷

Observe-se que os rumos da política brasileira no presente intervinham na produção dos diagnósticos sobre o passado, porque, além de as instituições do regime político ter sido o *locus* de introdução e acomodação das ideologias, conceitos e vindicações que contém, a contínua construção do Estado nacional moderno no pós-30 dependia das orientações de caráter sociológico (com a construção deficiente do pacto social, isto é, a nova-velha modalidade de inter-relação entre o Estado e a sociedade civil) desenvolvidas pelo diagnóstico dos intelectuais acerca da formação nacional. Não obstante, é nesse

⁶ BASTOS, Elide Rugai. “Raízes do Brasil”-“Sobrados e mucambos”: um diálogo. *Perspectivas*, Araraquara: Vol. 28, p. 19-36, 2005.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Em 1946, G. Freyre foi eleito deputado federal para atuar como representante do estado de Pernambuco na Assembleia Nacional Constituinte pela UDN, que foi a coalizão partidária defensora dos interesses da direita no processo político durante a vigência do regime liberal de 46 a 64, sendo liderada por Carlos Lacerda. De fato, essa experiência como deputado federal é um dado relevante para os objetivos deste projeto de pesquisa, não na perspectiva dos eventos que constituíram a trajetória pessoal de G. Freyre no curso dos trabalhos da ANC de 1946, mas na perspectiva das circunstâncias sob as quais o sociólogo obteve êxito ao defender durante todo o período de seu mandato a fundação de uma nova instituição educacional na cidade do Recife – uma dentre um conjunto maior de instituições políticas, técnicas e culturais, integrantes sobretudo do Governo Federal, mas extensivas a algumas instituições internacionais, como a UNESCO, que conseguiu intervir mediante a introdução de seu pensamento na linha de ações dessas instituições –, conseguindo a inclusão do projeto de fundação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais na pauta de deliberações da Câmara dos Deputados no instante final de seu mandato. Assim, deve-se investigar no processo constituinte, primeiramente, as circunstâncias da política brasileira entre 1946 e 1949 que representaram a oportunidade concreta de o sociólogo materializar seu projeto político na realidade empírica mediante a fundação e direção do IJNPS, e, posteriormente, deve-se analisar a relação entre a fundação e a ideologia, as normas diretivas e as linhas de ação do Instituto restritas à realidade do Nordeste. Sobre o processo de fundação do IJNPS, cf. FREYRE, Gilberto. *Quase política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950; JUCÁ, Joselice. *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa na perspectiva do tempo*. Recife: Ed. Massangana, 1991.

contexto que o dissídio entre os projetos de S. Buarque e G. Freyre deve ser entendido, posto que a observação dos rumos seguidos pela política regional, nacional e internacional tornou-se condição *sine qua non*, como contexto dominante, para a atividade de produzir interpretações sobre o passado, fosse mais ou menos recuado no tempo histórico.

O contexto fundamental que condicionava o debate político e intelectual com o declínio do Estado Novo era a aceleração do processo de desenvolvimento e modernização da economia e sociedade, com interesse definitivo nas condições materiais de existência coletiva, o que estava correlacionado à luta pela redução das disparidades estruturais entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil, que era liderada pela própria elite política e intelectual nordestina. É indubitável que estes eram os interesses centrais que mobilizavam as discussões e os projetos de lei no interior do Congresso Nacional e nos partidos políticos entre 46 e 64, sendo designados como processo de “integração nacional”.⁸

Nesse contexto, o conflito ideológico estabelecido por S. Buarque contra o projeto regionalista de G. Freyre se instala e se expande. À situação anterior de articulação, coesão e acordos a favor da sistematização do conhecimento histórico e sociológico sobre os processos da formação nacional – isto para avançar teses que se dirigiam contra o “atraso” da elite dirigente, da parte de S. Buarque, e para inventar a identidade nacional brasileira mediante o conceito de “cultura regional”, da parte de G. Freyre, constituindo forte ponto de contato na tradição do pensamento social – se seguiu situação inteiramente nova na qual predominava a fragmentação e cisão entre “escolas” ou “estilos” de pensamento que se polarizaram em torno do conflito ideológico estabelecido pelas instituições e intelectuais de São Paulo contra as instituições e intelectuais de Pernambuco.

A situação de conflito era causada pelo contexto mais amplo referido à modernização capitalista da sociedade brasileira, que estava recrudescendo o problema da desigualdade entre estratos sociais com profundo desequilíbrio, basicamente entre as classes dominante (burguesias agrária e industrial das unidades da federação mais desenvolvidas economicamente) e dominada (classe trabalhadora do eito e da indústria de toda a nação), com o poder sendo polarizado em torno de distintos ideários políticos, à esquerda e à direita, e com o contínuo cerceamento do primeiro ideário: o comunismo. Sob esse contexto o projeto regionalista passa a ser interpretado tanto pelos intelectuais quanto pela elite dirigente do regime liberal pelo parâmetro do conservadorismo social que defendia, daí resultando a concordância velada (estatal) com o mito da democracia racial.

O processo de modernização excludente na agricultura e na indústria – reestruturação produtiva que causava a exclusão social por decorrência da orientação liberal da

⁸ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Op. cit.*

Constituição, o que impedia a universalização dos direitos a todos os setores da sociedade (público ou privado) e que viabilizava o controle do voto do trabalhador pelas oligarquias agrárias hegemônicas no Poder Legislativo⁹ – enfim, a modernização excludente pode ser apontada como a causa provável do rompimento das relações entre S. Buarque e G. Freyre, considerando que o projeto americanista orientava o sentido da urbanização como meio efetivo de se combater o anacronismo (ou seja, o patrimonialismo) das elites dirigentes do país, o que não constituía interesse direto do projeto regionalista. Não obstante, a Revolução de 1964 radicalizou o antagonismo algo insuperável para os intelectuais em confronto. Portanto, foi definido como objetivo central da pesquisa a explicação histórica sobre as causas da dissidência ocorrida em 1946 na “intelligentsia brasileira”, bem como os efeitos dos distintos projetos políticos sobre o processo de construção lenta da cidadania na ordem industrial e na ordem latifundiária até 1964.

Observe-se que há diferentes pontos de mediação (ou nexos) entre o pensamento e a realidade histórica. Sendo assim, entende-se por projeto político os momentos iniciais e finais que demarcam a produção do diagnóstico acerca da formação da sociedade brasileira e do prognóstico acerca do futuro da ordem nacional, cuja parte majoritária aconteceu ainda durante a Era Vargas, isto é, entre 1930 e 1954. Ademais, não se pretende investigar as técnicas formais que foram utilizadas por S. Buarque e G. Freyre para a atividade de produzir os ensaios, numa abordagem que privilegia sua função passiva na sociedade, mas os efeitos dos projetos políticos sobre o processo histórico com a condição de sujeitos ativos que buscavam negociar interesses materiais e simbólicos.

Raízes do Brasil é uma espécie de “história das mentalidades”. Não cabe discutir aprofundadamente seu conteúdo aqui, mas salientar que este constitui um contraponto a *Sobrados e mucambos* na compreensão da problemática mais ampla referente às últimas consequências entre a continuidade ou o rompimento da “herança ibérica” na cultura política republicana, sendo que, após o instante que causou a dissidência no pensamento social brasileiro em 1946, este tendeu a crescer, abrindo antagonismo insuperável no horizonte de expectativa da elite intelectual, por decorrência basicamente da leitura e subsequente uso instrumental que estava sendo feito pela elite dirigente para aproveitar o diagnóstico de S. Buarque e de G. Freyre como componente básico da legitimação em torno da ideologia dominante que estava em implementação, qual seja, a modernização capitalista da economia agrícola e da economia industrial nas principais regiões do país, isto em flagrante simultaneidade com a continuação das práticas criminosas e corruptas, viabilizadas pela conservação do patrimonialismo nas rotinas da administração pública.

⁹ CAMARGO, Aspásia. *Op. cit.*

Há indícios concretos que apontam para a divergência em relação à interpretação e às medidas de solução do nexo existente entre a herança ibérica e a letargia do Estado nacional na matéria da construção da ordem democrática, com a garantia dos direitos universais do cidadão, da distribuição equitativa de renda e da eficácia da justiça na solução de conflitos sociais, efetivando os valores e procedimentos do republicanismo.¹⁰ Trata-se da 2ª edição de *Raízes do Brasil* (1948), da 2ª edição de *Sobrados e mucambos* (1951), da tese de doutoramento de Dante Moreira Leite apresentada em 1954 à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, da publicação de *Anhembi*, revista editada pela USP de 1950 a 1962, da publicação de *Ordem e progresso* (1959) e finalmente da publicação da coletânea de estudos intitulada *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, em 1962, para a qual contribuíram intelectuais majoritariamente nordestinos.

Essas fontes indicam inequivocamente que o componente simbólico do projeto regionalista (a invenção da identidade nacional e seu desdobramento em ideal de democracia racial) começava a ser criticado de modo cada vez mais frequente. O pacto político celebrado entre o projeto regionalista e o Estado Novo para a identificação da mestiçagem étnica como símbolo do *ethos* nacional, consolidando os ideais de brasilidade por meio do reconhecimento da diversidade cultural do Nordeste como matriz fundadora e a formação da ideologia nacionalista que vinculava a ideia de “ser/povo brasileiro” à classe trabalhadora, começava a se tornar objeto privilegiado da crítica contra a desigualdade e o *status quo* oligárquico pelos intelectuais que seguiam a ideologia da esquerda.

Assim, com o apoio de todo um instrumental analítico que foi mobilizado para a elaboração desta pesquisa, pode-se concluir que a dissidência gerada no núcleo da intelligentsia brasileira decorreu do conflito ideológico mais amplo entre os interesses representados pela direita e os interesses representados pela esquerda, com a classe política e os intelectuais se posicionando na polaridade da representação do interesse de classes antagônicas durante o regime liberal. Esses interesses, tanto materiais quanto simbólicos, eram defendidos no interior da disputa entre as coalizões partidárias efetuadas entre a base conservadora do PSD e da UDN contra a base reformista do PTB e sua coligação, disputando o controle do Governo Federal por meio do Executivo e do Legislativo para a regulação dos problemas da sociedade brasileira de acordo com a ideologia de cada partido político no poder, com a questão dos direitos e da desigualdade no campo e na cidade estando no centro do conflito. Portanto, o projeto americanista e o projeto regionalista adquirem pertinência máxima no contexto amplo do conflito distributivo,

¹⁰ LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Reflexões em torno do princípio republicano. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, São Paulo: Vol. 100, jan./dez., 2005, p. 189-200.

posto que atribuíam sentidos diferentes a cada ideologia política, à esquerda ou à direita, para intervirem no processo de regulação (conservação ou reforma) dos problemas sociais e econômicos das regiões às quais serviam diretamente, daí a validade indubitável do método comparativo aplicado à compreensão dos significados, natureza e interesses dos distintos pensamentos sociais em relação ao *status quo* do meio rural e do meio urbano.

O crescimento industrial é uma evidência empírica do ciclo do nacional-desenvolvimentismo, que encontrou no governo de J. Kubistchek incentivos máximos do Estado para o desenvolvimento do setor privado. Assim, a análise mostra que o período foi de negligência estatal no aumento dos índices elevados de pobreza, mortalidade infantil, desnutrição, analfabetismo, violência urbana e casos de miséria extrema, no campo e na cidade, mas regionalmente concentrada, num processo acelerado de acumulação capitalista com concentração no Sudeste industrial. Diante desse quadro problemático, e a isso somado a conjuntura internacional da Guerra Fria, os intelectuais em confronto prescreveram, mediante as ideias contidas nas alterações de seus textos reeditados, medidas que eram divergentes do ponto de vista ideológico. Por isso, entraram em conflito explícito.

De fato, o problema da desigualdade impede o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira porque inviabiliza o acesso universal aos benefícios da democracia social – método de governo que, no caso brasileiro, não existe na realidade dos fatos, porque seus benefícios não alcançam os estratos mais desamparados; ação que seria fundamental para a efetivação da justiça social, mesmo que seja pela via tradicional da expansão do acesso ao emprego formal, o que certamente é insuficiente para o equacionamento do problema, mas que pode gerar resultados no curto prazo, neste caso específico sobretudo quando se considera que a tradição jurídica formada no Brasil compreende a razão do direito como norma a ser cumprida (mas que na prática cotidiana de diversos setores é negligenciada), e não como garantia da liberdade e do bem-estar humano/social.

O problema é demasiado complexo e, evidentemente, a pesquisa não tem a pretensão ingênua de apontar solução imediata e na sua totalidade. Ao contrário, pretendeu oferecer uma contribuição à linha de estudos que focalizam o aspecto político da questão social como problema histórico, pois é na busca pelas causas da “tragédia social brasileira”, para usar termos impressionistas, que a análise se centrou. O alijamento de populações situadas na informalidade do trabalho e a pobreza, como concluiu Vera da Silva Telles, retroalimenta a subalternidade de indivíduos destituídos do direito à representação no mundo social assim como no espaço público, e essa é provavelmente a consequência mais perversa da desigualdade. Deve-se, portanto, assumir a modernização capitalista da sociedade como problema a ser compreendido pelas ciências sociais.

- **CONCLUSÕES:**

Pode-se identificar uma convergência entre a natureza do pensamento regionalista e a natureza do pensamento americanista: o diagnóstico da formação nacional pelo paradigma weberiano. Entretanto, pode-se igualmente constatar que essa convergência transformou-se, após a deposição de Vargas em 1945, em tensão que implicou atrito no modo de pensar e no modo de orientar a modernização institucional mediante a intercomunicação entre pensamento social e poder público: a defesa pró ou a luta contra o conceito freyriano de “tradição agro-patriarcal brasileira”.

A) Apesar do acréscimo de um estudo inovador na 2ª ed. de *Sobrados e mucambos*, intitulado *Raça, classe e região*, em que G. Freyre explica que a desigualdade no Brasil contemporâneo estrutura-se em três parâmetros integrados (de raça, de classe e de região), seu pensamento contribuiu para o fortalecimento do pacto agrário e para a dominância do interesse do latifúndio canavieiro sobre as relações de trabalho entre lavradores e proprietários no Nordeste, com consequência direta de impedir a atribuição de direitos trabalhistas aos lavradores de cana. A esse interesse associou-se o interesse pela contemporização das disparidades no desenvolvimento do país, o que, nos anos 50, encontrou na fundação da SUDENE e do IJNPS o aparato institucional necessário para a implementação de políticas de planejamento do desenvolvimento regional.

B) O ideal de “democracia social e étnica”, que figura explicitamente pela primeira vez em *Brasil: an interpretation*, foi percebido pelos seguidores da esquerda como a ideologização do mito da democracia racial para dissimular o preconceito de cor nas cidades. Esse ideal tornou-se referência para o pensamento conservador introduzido nas instituições do regime liberal. Portanto, a Lei Afonso Arinos de 1951, que criminalizava atos de racismo nas relações sociais e impunha a contravenção penal ao infrator, encontrou a oposição de G. Freyre em seus relatórios de pesquisa, artigos de jornal e pronunciamentos sob o argumento de ser “exótica” à realidade brasileira.

C) *Raízes do Brasil* introduziu no debate político do regime liberal os ideais de modernidade, de modo que atribuía o sentido da urbanização à busca por igualdade de oportunidades na divisão social do trabalho, sem a distinção de raça, classe ou gênero, como a condição presente e futura para a construção da ordem democrática da nação. Portanto, *Raízes do Brasil* contribuiu para a formação conceitual, ainda que precária, do Estado Democrático de Direito, ao explicitar a crítica segundo a qual o direito público (civis e sociais) é constantemente violado por efeito do predomínio de interesses privados no Estado. Ainda que tenha resultado de abordagem inteiramente diferente, *Visão do Paraíso* teve o efeito de atualizar a crítica ao conservadorismo que reside nos mitos nacionais. Sendo assim, este fortaleceu os ideais de modernidade para a ação coletiva.

D) O pacto desenvolvimentista incluía a luta da elite política e da elite intelectual de diversas regiões do país no sentido de explicitar o nexos entre o programa de aceleração da industrialização e as oposições ao movimento comunista e reformista. Assim, nos anos 60, quando novamente o paradigma liberal entrou em crise, a dissidência do pensamento social no Brasil se expandiu e se tornou irreversível. O projeto americanista foi usado instrumentalmente como ideal positivo para a transferência da Capital Federal visando a “integração do território nacional”. O projeto regionalista, com *Ordem e progresso*, e após ser interpretado como pensamento conservador, também foi usado instrumentalmente como ideologia nacionalista para legitimar o golpe de Estado de 1964, que recebeu o apoio político de G. Freyre. Portanto, o meio de materialização dos projetos políticos foi a negociação com as instituições do Estado nacional.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: “Casa-grande & senzala” e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

BASTOS, Elide Rugai. “Raízes do Brasil”-“Sobrados e mucambos”: um diálogo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara: Vol. 28, p. 19-36, 2005.

_____. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 10).

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERTEAU, Michel de. As produções do lugar. In: _____. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *STF: O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 10).

FALCÃO, Joaquim. A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP. In: _____ (Org.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936 (Brasiliana; v. 64).

_____. *Nordeste: aspectos da influência da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937 (Documentos Brasileiros; v. 4).

_____. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

_____. *Brazil: an interpretation*. New York: Alfred Knopf, 1945.

_____. *Quase política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

_____. *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955.

_____. *Ordem e progresso: processo de desintegração da sociedade patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Coordenação geral de Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GUIMARÃES, Antonio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Monções*. Rio de Janeiro: C.E.B., 1945.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 2006.

JUCÁ, Joselice. *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo*. Recife: Ed. Massangana, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. The unknown future and the art of prognosis. In: _____. *The practice of conceptual history*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC - Rio; Contraponto, 2006.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Reflexões em torno do princípio republicano. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, São Paulo: Vol. 100, jan/dez, 2005, p. 189-200.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 1940 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Vol. 14, nº 41, 1999. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em 05 mar 2009.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. 2006. 330f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; Editora 34, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal, do que se trata?*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.